

Prova Objetiva do II EXAME DE ORDEM / 1997
23/08/97

1) Consoante preceitua a Lei 8.906/94, como o processo disciplinar é instaurado no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil ?

- a) de ofício;
- b) mediante representação de qualquer autoridade;
- c) mediante representação de qualquer pessoa interessada;
- d) todas as respostas estão corretas

2) Determina a Lei 8.906/94 que, salvo disposição em contrário, aplicam-se subsidiariamente ao processo disciplinar, na OAB:

- a) as regras da legislação processual penal comum;
- b) as regras gerais de procedimento administrativo comum;
- c) as regras da legislação processual civil;
- d) todas as respostas estão erradas

3) Diz o Estatuto da Advocacia e da OAB que a diretoria da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS é composta de:

- a) quatro membros;
- b) cinco membros;
- c) oito membros;
- d) onze membros

4) Na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, a quem compete, privativamente, criar as Subseções e a Caixa de Assistência do Advogados?

- a) ao Colégio de Presidentes;
- b) ao Conselho Federal;
- c) ao Conselho Secional;
- d) todas as respostas estão erradas

5) No âmbito do CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, quem preside o ÓRGÃO ESPECIAL ?

- a) o Vice-Presidente;
- b) o Secretário-Geral;
- c) o Tesoureiro;
- d) todas as respostas estão erradas

6) Sabe-se que, na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, além da Principal, deve o advogado promover a Inscrição Suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão. Em relação a tal norma, considera-se habitualidade a intervenção judicial que exceder quantas causas por ano?

- a) três causas por ano;

- b) quatro causas por ano;
- c) cinco causas por ano;
- d) todas as respostas estão erradas.

7) Dentre as afirmativas abaixo, apenas uma está incorreta, à luz da Lei 8.906/94. Assinale-a:

- a) Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes de interesses opostos;
- b) O advogado que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia, terá sua inscrição cancelada;
- c) O advogado que passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com a advocacia, será licenciado;
- d) Para inscrição como advogado é necessário, dentre outros requisitos, não exercer atividade incompatível com a advocacia.

8) Se afirmarmos que:

I - o exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização;

II - é vedado o oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientela;

III - é defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como Patrono e preposto do empregador ou cliente, podemos dizer, à luz do Código de Ética e Disciplina da OAB, que:

- a) somente as afirmações das alternativas I e II estão corretas;
- b) somente as afirmações das alternativas I e III estão corretas;
- c) somente as afirmações das alternativas II e III estão corretas;
- d) as afirmações de todas as alternativas estão corretas.

9) Conforme dispõe o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, o Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tem, dentre suas atribuições, presidir:

- a) a PRIMEIRA CÂMARA da Entidade;
- b) a SEGUNDA CÂMARA da Entidade;
- c) a TERCEIRA CÂMARA da Entidade;
- d) todas as alternativas estão erradas

10) Determina a Lei 8.906/94 que a sanção disciplinar de "SUSPENSÃO" acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional, em todo o território nacional, pelo prazo de :

- a) dez dias a seis meses;
- b) quinze dias a doze meses;
- c) trinta dias a doze meses;
- d) trinta dias a seis meses.

11) O prazo para o cônjuge-varão se utilizar dos embargos de terceiro, em caso de penhora de bem imóvel do casal, em processo de execução movido contra a sua mulher, somente começa a fluir:

- a) da citação da devedora executada;
- b) da intimação do cônjuge;
- c) dos autos da penhora do imóvel;

d) do despacho do juiz.

12) No pedido possessório é lícito ao autor cumular cominação de:

- a) pena para o caso de nova turbação ou esbulho;
- b) condenação em perdas e danos;
- c) desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse;
- d) todas as opções estão corretas.

13) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes:

- a) não desistir do recurso sem a manifestação de todos os envolvidos no processo;
- b) desistir do recurso;
- c) somente com a concordância de uma parte processual;
- d) nenhuma está correta.

14) O incidente da falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitá-lo:

- a) no prazo de 20 dias, contados da intimação da sua juntada aos autos;
- b) na contestação ou no prazo de 10 dias, contados da intimação da sua juntada aos autos;
- c) na réplica, depois da contestação da parte;
- d) no prazo de 15 dias, contados da intimação da sua juntada nos autos.

15) Quem pretender comprovar a existência de algum fato ou relação jurídica, seja para simples documento e sem caráter contencioso, seja para servir de prova em processo regular, exporá em petição circunstanciada, a sua intenção. Nesta afirmativa se trata de um pedido:

- a) de protesto;
- b) de notificação judicial;
- c) de interpelação;
- d) de justificação.

16) Quando o ato jurídico for ilícito, ou impossível o seu objeto, estar-se-á perante um:

- a) ato jurídico nulo;
- b) ato jurídico anulável;
- c) ato jurídico eficaz;
- d) ato jurídico inexistente.

17) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagou? Neste caso, se trata de ?

- a) pagamento por consignação;
- b) pagamento por sub-rogação;
- c) pagamento indevido;
- d) direito ao reembolso, no limite do pagamento efetivado.

18) Considera-se Contrato de Seguro aquele pelo qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante:

- a) de riscos expirados;
- b) de riscos imprevisíveis;
- c) de riscos futuros e incertos;
- d) de riscos futuros, mas previstos no contrato.

19) Perde-se a posse das coisas:

- a) pelo constituto possessório;
- b) pelo princípio geral da autonomia da vontade;
- c) pela apreensão da coisa;
- d) pelo fato de se dispor da coisa, ou do direito.

20) Adquire-se a propriedade imóvel:

- a) pela simples promessa de compra e venda;
- b) por um negócio de permuta, sem registro;
- c) pela transcrição do título de transferência no registro do imóvel;
- d) nenhum dos modos acima registrados então corretos.

21) Delegado de polícia que, por amizade, deixa de instaurar inquérito contra agente de sua delegacia, seu subordinado portanto, que cometeu crime no exercício de suas funções, pratica delito de:

- a) condescendência criminosa;
- b) favorecimento pessoal;
- c) prevaricação;
- d) abuso de autoridade.

22) Se o juiz ao fixar a pena, esquece-se de uma causa de aumento, o promotor deverá vale-se de:

- a) apelação;
- b) embargos declaratórios;
- c) recursos em sentido estrito;
- d) embargos infringentes.

23) Quem, apresentando-se como interessado na aquisição de veículo à venda, pede para experimentá-lo e foge com ele, pratica, em tese, crime de:

- a) estelionato;
- b) furto qualificado mediante fraude;
- c) apropriação indébita;
- d) disposição de coisa alheia como própria.

24) O inquérito policial é:

- a) procedimento administrativo indispensável à propositura da ação penal;
- b) procedimento administrativo bilateral de investigação destinado a formação opinião delicti;
- c) nulo se não concluído no prazo legal;
- d) prescindível ao oferecimento da denúncia.

25) De acordo com a sistemática do Código Penal, não se inclui entre os crimes contra a

pessoa:

- a) o de violação de segredo profissional;
- b) o de difamação;
- c) o de lesão corporal;
- d) o de estupro.

26) Nos processos referentes aos crimes de competência do Júri, havendo dúvida quanto a prova da alegada legítima defesa, deve o Juiz:

- a) absolver sumariamente o acusado;
- b) absolver com base no princípio in dubio pro réu;
- c) impronunciar o acusado;
- d) pronunciá-lo.

27) Quanto ao julgamento pelo Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) não é permitida a acareação de testemunha após encerrados os debates;
- b) durante o julgamento não será permitida a produção ou leitura de documento referente a matéria objeto do processo que não tiver sido comunicado à parte contrária até a entrada em pauta de sessão;
- c) o representante do assistente do Ministério Público não poderá se manifestar , nos debates, por tempo igual ao do promotor;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

28) É inepta ou nula a denúncia:

- a) subscripta por dois promotores de justiça;
- b) sem o rol de testemunhas;
- c) com capitulação equivocada;
- d) que não descreveu, ainda que de forma sucinta, o fato.

29) Sem reexame pelo Segundo Grau de Jurisdição, não transita em julgado a decisão que:

- a) denega ordem de habeas corpus;
- b) absolve sumariamente o réu nos crimes dolosos contra a vida;
- c) impronuncia o réu;
- d) nenhuma das alternativas.

30) A representação é irretratável:

- a) depois de ocorrer a citação;
- b) após o recebimento da denúncia;
- c) após o oferecimento da denúncia;
- d) depois que o Juiz determinar a citação.

31) A suspensão do contrato de trabalho pressupõe:

- a) ausência da prestação do serviço por parte do empregado;
- b) o não pagamento de salários;
- c) paralisação total do contrato sem que aconteça o rompimento do vínculo empregatício;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

32) A licença da gestante é hipótese de:

- a) rompimento do contato de trabalho;
- b) interrupção do vínculo de emprego;
- c) rescisão do contrato de trabalho;
- d) suspensão de vínculo de emprego.

33) O empregado adquire direito ao gozo de férias:

- a) depois de 12 meses de trabalho (período aquisitivo), devendo gozá-las dentro dos 12 meses subsequentes (período concessivo), no mês escolhido pelo empregador;
- b) depois de 12 meses de trabalho (período aquisitivo), devendo gozá-las dentro dos 12 meses subsequentes (período concessivo), no mês de sua escolha;
- c) depois de findo o contrato de experiência podendo gozá-las durante os 12 primeiros meses de trabalho;
- d) depois de rescindido o contrato de trabalho.

34) A respeito do aviso prévio é correto afirmar:

- a) a despedida sem justa causa acarreta o cumprimento do aviso prévio pelo empregado ou pagamento, pelo empregador, desse período;
- b) o empregado, quando pede demissão do emprego, não precisa pré-avisar seu empregador;
- c) a despedida com justa causa exige que o empregador pague o aviso prévio;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

35) O empregado demitido por justa causa terá direito a:

- a) liberação do FGTS;
- b) férias vencidas;
- c) férias proporcionais;
- d) 13º salário.

36) O Recurso Ordinário no Processo do Trabalho:

- a) poderá ser interposto contra decisão proferida pela MM. Junta de Conciliação e Julgamento, no prazo de 8 (oito) dias;
- b) poderá ser interposto contra acórdão de Tribunal Regional do Trabalho em Ação Rescisória, no prazo de 8 (oito) dias;
- c) poderá ser interposto contra acórdão de Tribunal Regional do Trabalho em Mandado de Segurança, no prazo de 8 (oito) dias;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

37) O Juiz Classista é:

- a) vitalício e funciona apenas nas Juntas de Conciliação e Julgamento;
- b) temporário e funciona junto aos Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho;
- c) temporário e funciona nos três graus de jurisdição da Justiça do Trabalho;
- d) vitalício e funciona nos três graus de jurisdição da Justiça do Trabalho.

38) É correto afirmar que:

- a) é cabível no Processo do Trabalho a Reconvenção;

- b) é cabível no Processo do Trabalho o Recurso Adesivo;
- c) é cabível no Processo do Trabalho Dissídio Coletivo;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

39) O Tribunal Superior do Trabalho é composto de;

- a) 10 ministros classistas e 17 ministros togados;
- b) 10 ministros togados e 7 ministros classistas;
- c) 27 ministros togados;
- d) 25 ministros togados e 8 ministros classistas.

40) A substituição processual é instituto do Direito que permite:

- a) ao sindicato profissional ajuizar reclamação trabalhista em nome próprio para defesa do direito dos seus associados;
- b) ao sindicato profissional ajuizar dissídio coletivo para defesa dos interesses coletivos da categoria;
- c) ao sindicato profissional ajuizar ação de cumprimento de sentença normativa;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

41) Analise os itens a seguir, marcando certo ou errado e assinalando a alternativa que corresponda ao número de afirmações corretas.

I - pertence ao Município de Cajazeiras-PB o produto da arrecadação do IR, de competência da União que ele, suas autarquias e fundações retiverem na fonte.

II - pertencem ao Município de Cajazeiras-PB, 80% do ITR, de competência dos Estados e do DF, relativamente aos imóveis nele situados.

III - pertencem ao Município de Cajazeiras-PB, 20% do produto da arrecadação do IPV A, de competência dos Estados e do DF, relativamente aos veículos licenciados no seu território.

IV - pertencem ao Município de Cajazeiras-PB, 25% do produto da arrecadação do ICMS, cuja receita será creditada conforme os seguintes critérios: três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas a circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em sem território, e até um quarto de acordo com o que dispuser lei estadual.

V - do produto da arrecadação do IR e do IPI, a União entregará 50% da seguinte forma: 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios; 22,5% ao Fundo de Participação dos Estados e do DF e 5% para financiar o setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A quantidade de itens certos é:

- a) 0
- b) 2
- c) 4
- d) 5

42) Analise os itens a seguir, assinalando Certo ou Errado, marcando, em seguida, a alternativa que corresponda ao número de afirmações erradas:

I - O Contribuinte pagar o IR constitui obrigações Tributária Principal.

II - O Contribuinte apresentar a declaração do IR no prazo estabelecido na legislação pertinente configura-se como obrigação tributária acessória.

III - O Comerciante permitir a fiscalização de seu estabelecimento, sem causar embaraço à fiscalização configura-se como obrigação tributária principal.

IV - O comerciante emitir nota fiscal quando realiza uma venda constitui obrigação

tributária acessória.

V - Os órgãos, entidades e instituições que gozam de imunidade tributária não estão obrigadas a cumprir obrigações tributárias principal nem acessória.

A quantidade de itens errados é:

- a) 1 b) 3 c) 2 d) 4

43) Analise os itens a seguir, marcando C para as Corretas e E para as erradas, assinalando, em seguida, a alternativa que corresponda ao número de questões erradas:

I - De acordo com o CTN, são normas complementares as leis, os tratados as convenções e os decretos.

II - São normas principais os atos normativos expelidos pelas autoridades administrativas.

III - São normas complementares as decisões dos órgãos singulares ou coletivas de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa.

IV - Os convênios que entre si celebram a União, os Estados, o DF e os Municípios são normas complementares.

V - Pode-se dizer que as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas são normas complementares.

VI - A observância das normas complementares exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

A quantidade de itens errados é:

- a) 0 b) 3 c) 5 d) 6

44) A Empresa Cajazeirense de Rapaduras, situada no Município de Cajazeiras-PB, possui em seus quadros 100(cem) empregos, percebendo cada um mais de R\$ 2.000,00(dois mil reais). Assim, podemos afirmar que tal empresa, em relação ao IR de seus empregados é:

- a) sujeito passivo direto ou contribuinte
 b) sujeito passivo indireto ou responsável
 c) sujeito ativo indireto ou responsável
 d) sujeito ativo por substituição tributária

45) Em dado momento, a multa por atraso no pagamento do IPI era de 10% e o rendimento pago em certa aplicação financeira era de 17%. Sabendo disso o contador de uma empresa passou a pagar o dito tributo com atraso, aplicando temporariamente o montante correspondente em sua conta particular, recebendo vantagens indevidas. Durante uma das operações, a Receita Federal autuou a empresa pelo não recolhimento do IPI. Neste caso, quem deverá pagar o imposto, os juros de mora e a multa penal pelo seu não recolhimento?

- a) o contador, pois ele é pessoalmente responsável pelos atos cometidos com excesso de poder;
 b) como contribuinte, a empresa deverá pagar apenas o imposto, e o contador deverá pagar a multa e os juros de mora, pois cometeu uma infração com dolo específico, tornando-se pessoalmente responsável por ela;
 c) a empresa deverá pagar tudo como contribuinte;
 d) o contador deverá pagar o imposto e a mora, apenas. A multa deve ser paga pela empresa, por culpa "in elegendu".

46) Assinale a alternativa correta.

- a) A estabilidade é outorgada ao servidor público em razão do cargo público que ocupa.
- b) A efetividade é atributo pessoal do ocupante do cargo.
- c) A efetividade é característica da nomeação, ao passo que a estabilidade é atributo pessoal do ocupante do cargo e é adquirida após a satisfação de certas condições de seu exercício.
- d) O ato de aquisição de efetividade é também o ato de outorga de estabilidade.

47) Assinale a alternativa correta. O controle externo exercido pelo o Poder Judiciário sobre o ato administrativo é restrito:

- a) À sua conveniência e oportunidade.
- b) Aos seus aspectos formais e à competência de quem o editou.
- c) Ao seu mérito.
- d) A sua utilidade pública e ao seu interesse social.

48) Assinale a alternativa correta:

- a) A Fazenda Pública é civilmente responsável por erro judiciário contido em sentença;
- b) Por disposição constitucional, ficará o Juiz individual e civilmente responsável pela condenação por erro judiciário, independentemente do dolo;
- c) A Fazenda Pública é civilmente responsável quando comprovado a culpa manifesta do funcionário público, no exercício de suas atribuições;
- d) Em caso de improbidade administrativa, além da suspensão dos direitos políticos, perda de função pública e indisponibilidade dos bens, haverá ressarcimento ao erário público.

49) Examine as afirmações abaixo, marcando C para as corretas e F para as falsas, assinalando em seguida a alternativa que corresponda ao número de itens corretos.

I - Para Hely Lopes Meirelles existem cinco requisitos necessários à formação do ato administrativo: competência, forma, finalidade, objeto e motivo.

II - Atos discricionários são os que a Administração pode praticar com liberdade de ação para criar normas de caráter legislativo.

III - As certidões são atos enunciativos, porquanto o Poder Público manifesta sua vontade.

IV - A revogação de um ato administrativo legítimo é eficaz, por não mais convir sua existência.

O número de itens corretos é:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3

50) A modalidade de licitação cabível, em face da legislação vigente, para a compra ou alienação de bens imóveis, bem como para as concessões de direito real de uso é o (a):

- a) Convite;
- b) Tomada de preço;
- c) Concorrência;
- d) Leilão.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO II EXAME DE ORDEM DE 1997

QUESTÃO	RESPOSTA
1	D
2	A
3	B
4	C
5	A
6	C
7	A
8	D
9	B
10	C
11	B
12	D
13	B
14	B
15	D
16	A
17	D
18	D
19	A
20	C
21	A
22	A
23	B
24	D
25	D

QUESTÃO	RESPOSTA
26	D
27	D
28	D
29	B
30	C
31	D
32	B
33	A
34	A
35	B
36	D
37	C
38	D
39	A
40	D
41	B
42	B
43	ANULADA
44	B
45	B
46	C
47	B
48	B
49	C
50	C